

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

São José 04 de Junho de 2019.

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 0001/2019.

A DAMIRAIDE LUCIA MAFRA 03617987923, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.196.811/0001-04 com sede na rua Madre Tereza de Calcuta 77, Real Parque, na cidade de São José, estado de Santa Catarina, por seu representante legal, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor: RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante CENTRAL BLU LTDA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa CENTRAL BLU LTDA, ao arremio das normas editalícias.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar;

8.9.2 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

8.9.2.1 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.9.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características (manutenção, instalação e elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), quantidades e prazos compatíveis com o objeto de no mínimo 50% do quantitativo de equipamentos previstos no Anexo VII, por período não inferior a 1 ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.4 atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem aptidão da Empresa Licitante para a prestação dos serviços em características (manutenção, instalação e elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), prazos e quantidades, compatíveis com o objeto, de no mínimo 50%.

A licitante apresentou 6 (SEIS) atestado sendo que dois não estão no nome da empresa que executou o serviço e dois não estão de acordo a descrição do item 8.9.4 do edital, e não apresentou a certidão jurídica de algum conselho que a empresa possua registro.

Questionamento 1

O Atestado de capacidade Condomínio FIP e o atestado de capacidade da Assembléia estão no nome da (LIMPAR SERVIÇOS EPP LTDA), que executou os serviços, e não sendo a empresa CENTRAL BLU LTDA, conforme o item 8.9.4, não tendo validade para esta licitação.

Questionamento 2

O Atestado de capacidade (ESTACON ENGENHARIA S.A) e o atestado de capacidade (ROVITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA), não consta qual foi o tipo de serviço prestado apenas quantitativos de equipamentos, conforme o item 8.9.4 do edital deixa bem claro que nos atestados de capacidades deverão constar (manutenção, instalação e elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), os atestados apresentados não tem validade pois ninguém sabe o que foi prestado pela empresa, pois não tem descrição do objeto prestado.

Questionamento 3

A empresa não apresentou o Certidão jurídica que comprove que ela possua registro em algum conselho conforme o item 8.9.2, apresentou apenas a certidão física do engenheiro, aonde não comprova seu vínculo com a empresa conforme a exigência do item 8.9.2.1, estes itens mencionados são de habilitação aonde a empresa não enviou conforme a exigência do edital.

A comissão da licitação deu para o licitante vários tempos para que Le pudesse arrumar toda sua documentação erradas, mandando vários atestados ate depois da solicitação do ultimo anexo que deveria apenas mandar o contrato que comprovasse que executou o serviço do atestado de capacidade Wizard, não podendo mas ser aceito pela comissão de licitação o ultimo anexo, pois o atestados da Rotivex não poderá ser aceito.

É sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro a apresentação de documento corrigido que deveria ter sido visto antes do envio dos documentos pelo portal eletrônico pertinente à habilitação.

Ficou claro que a empresa tentou burlar este pregão colocando atestados de capacidades que não eram de sua competência, já deveria ter sido impugnado automaticamente no momento que a comissão verificou o erro, não podendo solicitar novos anexos dois itens errados, pois no edital apenas consta que a comissão poderá apenas solicitar a comprovação com contratos conforme o item 8.9.4.3 do edital.

Conforme a exigências do item 8.9.4 do edital a licitante não tem os atestados suficiente para que comprove que tem aptidão para ser vencedora destes lotes, pois sua comprovação não chega a 50% conforme tal exigência.

Aliás, o § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, deixa patente a impossibilidade de ser incluído documento posteriormente à fase apropriada.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito

para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa CENTRAL BLU LTDA, inabilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Damiraide Lucia Mafra

CPF 03617987923

Fechar